

JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Aviso n.º 15553/2021

Sumário: Concurso de ingresso em curso de formação inicial, teórico-prática, para o preenchimento de um total de 20 vagas na magistratura dos tribunais administrativos e fiscais.

Por Despacho do Diretor do Centro de Estudos Judiciários, Juiz Conselheiro João Manuel da Silva Miguel, de 29 de julho de 2021, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 60/2011, de 28 de novembro, n.º 45/2013, de 3 de julho, n.º 80/2019, de 2 de setembro e n.º 21/2020, de 2 de julho, é aberto concurso de ingresso em curso de formação inicial, teórico-prática, na sequência do Despacho n.º 7384/2021, da Ministra da Justiça (publicado no *Diário da República*, n.º 143/2021, 2.ª série, de 26 de julho de 2021), proferido ao abrigo do disposto no artigo 8.º da referida Lei, para o preenchimento de um total de 20 (vinte) vagas na magistratura dos tribunais administrativos e fiscais.

1 — No 8.º Curso não foram, até ao momento, autorizados/as quaisquer candidatos/as a frequentar o curso seguinte ao abrigo do n.º 4 do artigo 28.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (se vier a ocorrer alguma autorização a mesma será publicitada na página de *internet* do CEJ).

2 — Legislação aplicável:

Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 60/2011, de 28 de novembro, n.º 45/2013, de 3 de julho, n.º 80/2019, de 2 de Setembro e n.º 21/2020, de 2 de julho;

Regulamento Interno do Centro de Estudos Judiciários, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 150, de 5 de agosto de 2009 (Regulamento n.º 339/2009), e republicado, com as alterações posteriormente introduzidas, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, de 10 de abril de 2014;

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro;

Estatuto dos Magistrados Judiciais-EMJ (versão publicada com a Lei n.º 67/2019, de 27 de agosto);

Estatuto do Ministério Público-EMP (versão da Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto).

3 — Os requisitos gerais de ingresso na formação inicial de magistrados e de admissão ao concurso são os seguintes:

a) Ser cidadão português ou cidadão dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal, a quem seja reconhecido, nos termos da lei e em condições de reciprocidade, o direito ao exercício das funções de magistrado;

b) Possuir licenciatura em Direito de cinco anos ou de duração inferior, desde que completada, neste caso, por mestrado ou doutoramento em área do Direito obtidos em universidade portuguesa, ou por graus académicos equivalentes reconhecidos em Portugal (artigo 5.º, alínea b), da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, conjugado com o artigo 40.º, alínea c), do EMJ e o artigo 146.º, alínea c), do EMP);

c) Consoante a via de admissão:

i) Via académica — o requisito da alínea b);

ii) Via profissional — o requisito da alínea b), acrescido da circunstância de possuir experiência profissional, na área forense ou em outras áreas conexas, relevante para o exercício das funções de magistrado, de duração efetiva não inferior a cinco anos;

d) Reunir os demais requisitos gerais de provimento em funções públicas.

4 — Os métodos de seleção a utilizar são os seguintes:

4.1 — Relativamente aos candidatos pela via da habilitação académica referida no ponto i) da alínea c) do n.º 3 deste Aviso e pela ordem a seguir indicada:

4.1.1 — Provas de conhecimentos prestadas, sucessivamente, em duas fases, ambas eliminatórias para os/as candidatos/as que obtiverem nota inferior a dez valores em qualquer uma das provas que as integram:

4.1.1.1 — Fase escrita, que visa avaliar, designadamente, a qualidade da informação transmitida pelo/a candidato/a, a capacidade de aplicação do Direito ao caso, a pertinência do conteúdo das respostas, a capacidade de análise e de síntese, a simplicidade e clareza da exposição e o domínio da língua portuguesa, compreendendo as seguintes provas de conhecimentos, com a duração de três horas cada, nos termos do n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro:

- a) Uma prova de resolução de casos de direito e processo administrativo e tributário;
- b) Uma prova de desenvolvimento de temas culturais, sociais ou económicos.

4.1.1.2 — Fase oral, que visa avaliar, designadamente, os conhecimentos jurídicos do/a candidato/a, a capacidade de crítica, de argumentação e de exposição, a expressão oral e o domínio da língua portuguesa, compreendendo as seguintes provas de conhecimentos, nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro:

- a) Uma discussão sobre temas de direito constitucional, direito da União Europeia e organização judiciária;
- b) Uma discussão sobre direito civil e direito processual civil e direito comercial;
- c) Uma discussão sobre temas de direito administrativo e de direito tributário;
- d) Uma discussão sobre procedimento e processo administrativo e tributário.

4.1.2 — Exame psicológico de seleção, consistindo numa avaliação psicológica que visa avaliar as capacidades e as características de personalidade dos/as candidatos/as para o exercício da magistratura, mediante a utilização de técnicas psicológicas, e que determina a exclusão do concurso dos/as candidatos/as que obtiverem a menção «não favorável», nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

4.2 — Relativamente aos/às candidatos/as pela via da experiência profissional referida no ponto ii) da alínea c) do n.º 3 deste Aviso e pela ordem a seguir indicada:

4.2.1 — Prova escrita, referida no n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, com a duração de quatro horas, eliminatória para os/as candidatos/as que nela obtiverem nota inferior a 10 valores, consistindo na redação de uma decisão, a partir de um conjunto de peças relevantes que constam habitualmente de um processo judicial, em matéria administrativa ou tributária, consoante a opção do/a candidato/a, efetuada no requerimento de candidatura, nos termos do n.º 7 deste Aviso;

4.2.2 — Avaliação curricular, eliminatória para os/as candidatos/as que nesta prova obtiverem nota inferior a 10 valores, que consiste numa prova pública prestada pelo/a candidato/a, com o objetivo de, através da discussão do seu percurso e atividade curricular, avaliar e classificar a consistência e relevância da sua experiência profissional, na área forense ou em áreas conexas, para o exercício da magistratura, que inclui uma discussão sobre o currículo e a experiência profissional do/a candidato/a e uma discussão sobre temas de direito, baseada na experiência do/a candidato/a, que pode assumir a forma de exposição e discussão de um caso prático;

4.2.3 — Exame psicológico de seleção, nos termos referidos em 4.1.2.

5 — Matérias das provas e respetiva bibliografia:

5.1 — As matérias das provas de conhecimentos da fase escrita e da fase oral referidas nos n.ºs 4 e 5 do artigo 16.º e nas alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, e respetiva bibliografia, constam do Anexo I a este Aviso.

5.2 — As matérias das provas de conhecimentos da fase oral referidas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, e respetiva bibliografia, constam do anexo II a este Aviso.

5.3 — A bibliografia constante dos anexos I e II ao presente Aviso constitui um referencial básico, meramente indicativo para os/as candidatos/as, relativamente a cada matéria das provas referidas nos números anteriores.

6 — Sistema de classificação a utilizar:

6.1 — Relativamente a candidatos/as pela via da habilitação académica referida no ponto i) da alínea c) do n.º 3 deste Aviso, a classificação final do/a candidato/a aprovado/a é o resultado da média aritmética simples da classificação obtida na fase escrita e da classificação obtida na fase oral das provas de conhecimentos.

6.2 — Relativamente a candidatos/as pela via da experiência profissional referida no ponto ii) da alínea c) do n.º 3 deste Aviso, a classificação final do/a candidato/a aprovado/a é o resultado da média das classificações obtidas na avaliação curricular e na prova escrita, com a seguinte ponderação:

- a) A classificação da prova de avaliação curricular vale 70 %;
- b) A classificação obtida na fase escrita vale 30 %.

6.3 — A classificação da fase escrita é o resultado da prova de conhecimentos que corresponde à fase escrita ou, nos casos em que se realize mais do que uma prova, da média aritmética simples da classificação obtida em cada uma das respetivas provas.

6.3.1 — Os erros ortográficos são valorados negativamente: 0,25 por cada um, até um máximo de 3 valores para o total da prova.

6.3.2 — O mesmo erro ortográfico várias vezes repetido vale apenas como um erro (-0,25).

6.3.3 — A incorreção linguística (sintaxe e pontuação) do(s) texto(s) redigido(s) pelos/as candidatos/as será penalizada com uma redução da nota atribuída até um máximo de 3 valores, para o total da prova.

6.3.4 — O plágio — utilização de texto(s) que não da autoria do/a candidato/a sem delimitação por aspas ou indicação da proveniência — tem como consequência a anulação da prova.

6.4 — A classificação das provas de conhecimentos, da avaliação curricular e a classificação final são expressas na escala de 0 a 20 valores, com arredondamento até às milésimas.

6.5 — Na avaliação curricular, o júri utiliza os seguintes critérios de ponderação:

- a) O conjunto dos fatores relacionados com a consistência e relevância da experiência profissional do/a candidato/a vale 60 %;
- b) O conjunto dos fatores relacionados com a conceção, estrutura e apresentação material do currículo e com a qualidade da intervenção do/a candidato/a na discussão do currículo vale 20 %;
- c) O conjunto dos fatores relacionados com a qualidade da intervenção na discussão de temas de direito vale 20 %.

7 — Formalização e instrução das candidaturas:

7.1 — As candidaturas são formalizadas mediante o preenchimento e submissão de requerimento dirigido ao Diretor do Centro de Estudos Judiciários, nos termos do formulário transcrito em 7.6.

7.2 — Depois de preenchido, o formulário deve ser impresso para posterior entrega nos termos da alínea a) do n.º 7.7 deste Aviso e, só depois, feita a respetiva submissão *on-line*.

7.3 — O preenchimento e submissão referidos em 7.1 e 7.2 são feitos no sítio da *Internet* do Centro de Estudos Judiciários (www.cej.mj.pt).

7.4 — Pela apresentação da candidatura é devido o pagamento de participação no custo do procedimento, no valor de 210 € (duzentos e dez euros), conforme Despacho de 26 de julho de 2021, do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça.

7.5 — O pagamento referido em 7.4 é feito por transferência bancária para o:

IBAN PT50 0781 0112 00000006813 02.

7.6 — O formulário a preencher contém os seguintes campos:

I — Identificação

Nome

Data de Nascimento

Sexo

Estado Civil



Nacionalidade
Natural da Freguesia
Concelho
Distrito
Filho/a de e de
Portador/a do BI/CC n.º
Validade do BI/CC
NIF
IBAN de quem efetua o pagamento
Profissão
Morada
Localidade
Código Postal
Telefone
Telemóvel
E-mail

Declaro consentir, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, e no âmbito do presente procedimento, na reprodução do cartão de cidadão, ou documento equivalente, em fotocópia: Sim/Não

Declaro consentir que as comunicações e as notificações efetuadas no âmbito do presente procedimento, com exceção da prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, sejam enviadas para o endereço de correio eletrónico por mim indicado: Sim/Não

Declaro que não me encontro abrangido/a pelo âmbito da previsão do artigo 106.º, n.º 2, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, nem do artigo 242.º, n.º 2, do Estatuto do Ministério Público [Confirmo]

Declaro que tenho conhecimento que os meus dados pessoais, constantes deste formulário, serão recolhidos e tratados no âmbito da candidatura ao presente procedimento

II — Grau Académico

Licenciatura em Direito conferida pela Universidade
Data da conclusão da Licenciatura em Direito
Licenciatura pré-Bolonha O
Licenciatura pós-Bolonha O
Classificação/média final da Licenciatura em Direito
Mestrado ou Doutoramento
Conferido pela Universidade de em
Com classificação/menção no Mestrado ou Doutoramento

III — Pedido de Admissão a Concurso

(Se pretender concorrer ao concurso para os tribunais judiciais e, em simultâneo, ao concurso para os tribunais administrativos e fiscais, deve preencher os campos A, B e C).

A — Requer a V. Ex.ª se digne admiti-lo/a ao concurso para ingresso no Centro de Estudos Judiciários, a fim de frequentar o 38.º Curso de formação inicial, teórico-prática, para os tribunais judiciais, para o preenchimento de 105 (cento e cinco vagas), sendo 40 (quarenta) vagas na magistratura judicial e 65 (sessenta e cinco) na magistratura do Ministério Público, conforme Aviso n.º ____, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º ____, de __ de ____ de 2021.

Opção de via de admissão:

(1 — via da habilitação académica) Possuir licenciatura em Direito de cinco anos ou de duração inferior, desde que complementada, neste caso, por mestrado ou doutoramento em área do Direito obtidos em universidade portuguesa, ou por graus académicos equivalentes reconhecidos em Portugal

(2 — via da experiência profissional) Possuir licenciatura em Direito de cinco anos ou de duração inferior, desde que complementada, neste caso, por mestrado ou doutoramento em área do Direito obtidos em universidade portuguesa, ou por graus académicos equivalentes reconhecidos em Portugal, acrescida de experiência profissional, na área forense ou em outras áreas conexas, relevante para o exercício das funções de magistrado, de duração efetiva não inferior a cinco anos.

Candidatando-se ao abrigo da segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, declara que opta pela prestação de prova escrita em matéria:... (Cível/ Penal)

Declara que, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, se ficar habilitado/a à frequência do Curso a que se candidata, opta pela:... (Magistratura do Ministério Público/Magistratura Judicial)

B — Requer a V. Ex.ª se digne admiti-lo/a ao concurso para ingresso no Centro de Estudos Judiciários, a fim de frequentar o 9.º Curso de formação inicial, teórico-prática, para o preenchimento de 20 (vinte) vagas para juízes dos tribunais administrativos e fiscais, conforme Aviso n.º ____, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º ____, de __ de ____ de 2021.

Opção de via de admissão:

(1 — via da habilitação académica) Possuir licenciatura em Direito de cinco anos ou de duração inferior, desde que complementada, neste caso, por mestrado ou doutoramento em área do Direito obtidos em universidade portuguesa, ou por graus académicos equivalentes reconhecidos em Portugal

(2 — via da experiência profissional) Possuir licenciatura em Direito de cinco anos ou de duração inferior, desde que complementada, neste caso, por mestrado ou doutoramento em área do Direito obtidos em universidade portuguesa, ou por graus académicos equivalentes reconhecidos em Portugal, acrescida de experiência profissional, na área forense ou em outras áreas conexas, relevante para o exercício das funções de magistrado, de duração efetiva não inferior a cinco anos.

Candidatando-se ao abrigo da segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, declara que opta pela prestação de prova escrita em matéria:... (Administrativo/Tributário)

C — Tendo-se candidatado ao concurso para preenchimento das vagas nos tribunais judiciais e, simultaneamente, ao concurso para preenchimento das vagas nos tribunais administrativos e fiscais, declara que, ficando habilitado/a nos dois concursos, opta pelo preenchimento da vaga — nos termos do n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro — no concurso para os... (Tribunais Judiciais/Tribunais Administrativos e Fiscais)

D — Declara que tendo ficado aprovado/a no concurso aberto pelo Aviso n.º 21117/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 253/2020, de 31 de dezembro, pretende realizar as provas do presente concurso para, nele ficando apto/a, ser graduado/a nos termos do artigo 21.º, n.º 2, do Regulamento Interno do Centro de Estudos Judiciários.

E — Declara que tendo ficado aprovado/a no concurso aberto pelo Aviso n.º 21116/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 253/2020, de 31 de dezembro de 2020, pretende realizar as provas do presente concurso para, nele ficando apto/a, ser graduado/a nos termos do artigo 21.º, n.º 2, do Regulamento Interno do Centro de Estudos Judiciários.

F — Mais declara que, por ordem numérica de preferência, pretende prestar provas escritas em Lisboa, Porto ou Coimbra.

1 —

2 —

3 —

G — Declara, sob compromisso de honra, que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas a que se refere a alínea d) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

IV — Código do Formulário

Código do formulário:

V — Documentos a entregar

O presente formulário de candidatura, devidamente preenchido, rubricado, datado e assinado.

Documento comprovativo da licenciatura em Direito ou equivalente legal, com a menção expressa da data da sua obtenção e da respetiva classificação ou média final.

Quanto a licenciaturas pós-Bolonha documento comprovativo da obtenção de grau académico, no caso de candidatos/as que invoquem possuir o grau de mestre em área do Direito ou doutor em área do Direito ou equivalente legal no requerimento de candidatura, com o conteúdo do Mestrado e/ou Doutoramento, o seu programa e carga horária.

Declaração escrita, sob compromisso de honra, com os elementos identificativos (nome, nacionalidade, data e local de nascimento, filiação, número de identificação fiscal, número de cartão de cidadão/bilhete de identidade com a indicação da respetiva data de validade) e uma fotografia atualizada, tipo passe; ou fotocópia do cartão de cidadão (ou documento equivalente), caso preencha a respetiva declaração de consentimento, constante em I;

Documento comprovativo da transferência bancária nos termos do n.º 7.5 e da alínea e) do n.º 7.7 do Aviso referente ao 38.º Curso de formação inicial, teórico-prática, para os tribunais judiciais e ao 9.º Curso de formação inicial, teórico-prática, para os tribunais administrativos e fiscais;

No caso de candidatura pela via da experiência profissional, ao abrigo da segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, curriculum vitae, detalhado, datado e assinado, orientado para a demonstração da experiência profissional, na área forense ou outras áreas conexas, relevante para o exercício das funções de magistrado, e de duração efetiva não inferior a cinco anos — comprovada por documento(s) onde conste(m) de forma inequívoca o conteúdo funcional da atividade e o tempo em que decorreu. O exercício da advocacia deverá ser comprovado por documento emitido pela Ordem dos Advogados —, bem como, se houver:

Da formação profissional detida (cursos, especializações, ações de formação, seminários, conferências e outros), com indicação da respetiva duração, datas de realização e entidades promotoras (comprovados por certificados/declarações de frequência dessas ações);

Da formação académica obtida para além da licenciatura em Direito (pré-Bolonha) ou de mestrado/doutoramento em área do Direito (no caso dos licenciados pós-Bolonha) (comprovada pelo(s) certificado(s) respetivo(s));

De estudos publicados (comprovados por originais/fotocópia/links de acesso livre dos/aos mesmos);

E quaisquer outros documentos que o/a candidato/a entenda como relevantes para a apreciação do seu curriculum vitae.

Data:

Assinatura:

VI — Código de Verificação

Código de verificação:

7.7 — Após a submissão referida nos n.ºs 7.1 a 7.3 deste Aviso, a candidatura só será validada com a entrega nos locais referidos em 7.9, dos seguintes documentos:

a) Formulário referido nos n.ºs 7.1 e 7.2 deste Aviso, impresso, rubricado, datado e assinado;

b) Documento comprovativo da licenciatura em Direito ou equivalente legal, com a menção expressa da data da sua obtenção e da respetiva classificação ou média final;

c) Quanto a licenciaturas pós-Bolonha documento comprovativo da obtenção de grau académico, no caso de candidatos/as que invoquem possuir o grau de mestre em área do Direito ou doutor em área do Direito ou equivalente legal no requerimento de candidatura, com o conteúdo do Mestrado e/ou Doutoramento, o seu programa e carga horária.

d) Declaração escrita, sob compromisso de honra, com os elementos identificativos (nome, nacionalidade, data e local de nascimento, filiação, número de identificação fiscal, número de cartão de cidadão/bilhete de identidade com indicação da respetiva data de validade) e uma fotografia atualizada, tipo passe; ou fotocópia do cartão de cidadão (ou documento equivalente), caso preencha a respetiva declaração de consentimento, constante em I do formulário;

e) Documento comprovativo da transferência bancária referida no n.º 7.5 deste Aviso, do qual conste o número de cartão de cidadão/bilhete de identidade ou de documento equivalente ou o número de identificação fiscal do/a candidato/a;

f) No caso de candidatura pela via da experiência profissional, ao abrigo da segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, *curriculum vitae*, detalhado, datado e assinado, orientado para a demonstração da experiência profissional, na área forense ou outras áreas conexas, relevante para o exercício das funções de magistrado, e de duração efetiva não inferior a cinco anos — comprovada por documento(s) onde conste(m) de forma inequívoca o conteúdo funcional da atividade e o tempo em que decorreu. O exercício da advocacia deverá ser comprovado por documento emitido pela Ordem dos Advogados

7.8 — Caso existam os fatores curriculares que a seguir se indicam, o referido na alínea f) do número anterior deve ser ainda orientado para a demonstração:

a) Da formação profissional detida (cursos, especializações, ações de formação, seminários, conferências e outros), com indicação da respetiva duração, datas de realização e entidades promotoras (comprovados por certificados/declarações de frequência dessas ações);

b) Da formação académica obtida para além da licenciatura em Direito(pré-Bolonha) ou de mestrado/doutoramento em área do Direito (no caso dos licenciados pós-Bolonha) (comprovada pelo(s) certificado(s) respetivo(s));

c) De estudos publicados (comprovados por originais/fotocópia/links de acesso livre dos/aos mesmos);

d) E quaisquer outros documentos que o/a candidato/a entenda como relevantes para a apreciação do seu *curriculum vitae*.

7.9 — Até ao termo do prazo, fixado no n.º 8 deste Aviso, os documentos referidos em 7.7 e 7.8 podem ser:

7.9.1 — Enviados pelo correio, sob registo, para o seguinte endereço: Secção de Apoio à Formação do Centro de Estudos Judiciários, Largo do Limoeiro, 1149-048 Lisboa.

7.9.2 — Entregues pessoalmente, contra recibo, nos seguintes locais e com os horários indicados:

a) Secção de Apoio à Formação do Centro de Estudos Judiciários, Largo do Limoeiro, 1149-048 Lisboa, entre as 10 e as 12 horas e as 14 horas e 30 minutos e as 16 horas e 30 minutos;

b) Núcleo do Porto do Centro de Estudos Judiciários, Rua de Camões, n.º 155, 6.º piso, 4049-074 Porto, entre as 10 e as 12 horas e as 14 horas e 30 minutos e as 16 horas e 30 minutos.

7.10 — Não são admitidos a concurso os/as candidatos/as:

a) Que não formalizem a respetiva candidatura nos termos dos n.ºs 7.1 a 7.3 e 7.7 deste Aviso;

b) Cujas submissão de candidatura e entrega de documentos, dê entrada fora do prazo estabelecido no n.º 8 do presente Aviso;

c) Que não comprovem o pagamento da participação no custo do procedimento nos termos dos n.ºs 7.4, 7.5 e alínea e) do n.º 7.7 deste Aviso;

d) Que não declarem expressamente, aquando da submissão da sua candidatura, qual a via de admissão ao abrigo da qual esta é feita;

e) Que não declarem expressamente, aquando da submissão da sua candidatura, qual a matéria, administrativo ou tributário, por que optam, caso sejam candidatos/as ao abrigo da segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro;

f) Que não declarem expressamente, aquando da submissão da sua candidatura, sob compromisso de honra, que possuem os requisitos gerais de provimento em funções públicas a que se refere a alínea d) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro;

g) Não procedam à entrega dos documentos referidos em 7.7 do presente Aviso.

7.11 — A cada candidatura é atribuído um número, que a acompanhará até ao termo do concurso.

7.12 — Para qualquer contacto relativo ao presente concurso deve ser utilizado o endereço de correio eletrónico: ingressomagistratura@mail.cej.mj.pt

8 — Prazo: o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre os dias 01 e 21 de setembro de 2021.

9 — Formas de publicitação:

9.1 — A lista de candidatos/as admitido/as e não admitidos/as é afixada na sede do Centro de Estudos Judiciários e, na mesma data, publicitada no respetivo sítio na *Internet*, com menção da data da afixação. Não havendo reclamações ou, se as houver, depois de decididas no prazo de 15 úteis dias a contar do termo do prazo para a sua apresentação, será afixada lista definitiva de candidatos/as admitidos/as e não admitidos/as na sede do Centro de Estudos Judiciários e publicitada no respetivo sítio na *Internet*, na data de publicação no *Diário da República* de Aviso sobre a afixação.

9.2 — A cada candidatura é atribuído um número, nos termos do n.º 7.11 do presente Aviso.

9.3 — Os avisos de convocação dos/as candidatos/as para a aplicação de métodos de seleção, com menção da data e local respetivos, são publicitados no sítio do Centro de Estudos Judiciários na *Internet* e afixados na respetiva sede, salvo quando indicados no presente Aviso.

9.4 — São publicitados no sítio do Centro de Estudos Judiciários na *Internet* e afixados na respetiva sede:

a) A pauta com as classificações das provas de conhecimentos da fase escrita;

b) A pauta com as classificações das provas da fase oral;

c) A pauta com as classificações da avaliação curricular.

9.5 — Os/as candidatos/as que tenham a menção «não favorável» no exame psicológico são convocados/as e notificados/as pessoalmente, para efeitos do disposto na parte final do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

9.6 — A lista de graduação dos/as candidatos/as aprovados/as, por via de admissão e a lista dos/as candidatos/as excluídos/as são afixadas na sede do Centro de Estudos Judiciários e publicitadas no respetivo sítio na *Internet*, na data de publicação no *Diário da República* de Aviso sobre a afixação.

9.7 — Com a afixação das listas de graduação referidas no ponto anterior do presente Aviso são indicados/as os/as candidatos/as habilitados/as.

10 — Local e data de realização das provas:

10.1 — As provas da fase escrita realizam-se em Lisboa, Porto e Coimbra, em local, data e horário que serão publicitados no sítio do Centro de Estudos Judiciários na *Internet* e afixados na sede deste Centro e respetivos núcleos.

10.1.1 — A fase escrita decorre sob o anonimato dos/as candidatos/as, implicando a sua quebra a anulação da respetiva prova, nos termos do n.º 7 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

10.1.2 — Na fase escrita, os/as candidatos/as podem consultar, nos termos do Regulamento Interno do Centro de Estudos Judiciários, legislação, jurisprudência e doutrina para a prestação

das provas, com exceção da prova referida na alínea c) do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

10.1.3 — Durante a realização de qualquer prova da fase escrita, aos/às candidatos/as não é permitida a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer outro aparelho eletrónico ou computadorizado, sem prejuízo do disposto no número seguinte (n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento Interno do Centro de Estudos Judiciários), sob pena de anulação da prova (n.º 5 do artigo 13.º do Regulamento Interno do Centro de Estudos Judiciários).

10.1.4 — Os aparelhos de que o/a candidato/a portador/a de deficiência careça para prestar provas são fixados por despacho do Diretor, na sequência de requerimento instruído com os comprovativos adequados (n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento Interno do Centro de Estudos Judiciários).

10.1.5 — Durante a prestação da prova de desenvolvimento de temas culturais, sociais ou económicos referida na alínea c) do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, o/a candidato/a não pode recorrer a quaisquer elementos de consulta (n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento Interno do Centro de Estudos Judiciários), sob pena de anulação da prova (n.º 5 do artigo 13.º do Regulamento Interno do Centro de Estudos Judiciários).

10.2 — As provas da fase oral, a avaliação curricular e o exame psicológico de seleção realizam-se em Lisboa, em local a especificar nos termos do n.º 9.3 deste Aviso.

11 — Os/as candidatos/as que se apresentem à realização das provas devem identificar-se através de cartão de cidadão/bilhete de identidade ou de documento equivalente.

12 — A graduação dos/as candidatos/as aprovados/as é feita por ordem decrescente da respetiva classificação final.

12.1 — Em caso de igualdade na classificação final entre candidatos/as, considera-se para efeitos de graduação, sucessivamente, o maior grau académico, preferindo Direito, e a idade, preferindo os/as mais velhos/as.

13 — Ficam habilitados/as para a frequência do curso teórico-prático os/as candidatos/as aprovados/as, por ordem de graduação, até ao preenchimento do total das vagas em concurso, com respeito pelas respetivas quotas de ingresso.

13.1 — Nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, é reservada, relativamente a cada magistratura, uma quota de ingresso de 25 % para cada uma das duas vias de admissão previstas na alínea c) do artigo 5.º daquela Lei.

13.2 — A falta de candidatos/as aprovados/as para o preenchimento das vagas respeitantes a uma das quotas de ingresso não impede o preenchimento do total das vagas em concurso através do recurso aos/às candidatos/as aprovados/as por outra via de admissão.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, o Centro de Estudos Judiciários promove ativamente a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso às magistraturas, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Por Despacho do Diretor do Centro de Estudos Judiciários, Juiz Conselheiro João Manuel da Silva Miguel, 30 de julho de 2021, no uso da competência subdelegada pelo Secretário de Estado Adjunto e da Justiça (alínea d) do n.º 1 do Despacho n.º 1505/2020, de 17 de janeiro de 2020, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 22/2020, de 31 de janeiro de 2020), foi fixada em 60 € (sessenta euros) o montante a pagar pelos/as candidatos/as aos concursos de ingresso nas magistraturas cuja autorização de abertura decorre do Despacho n.º 7384/2021, da Ministra da Justiça (publicado no *Diário da República*, n.º 143/2021, 2.ª série, de 26 de julho de 2021), por pedido de revisão de prova da fase escrita.

30 de julho de 2021. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral, *Adelino Vieira Pereira*.

ANEXO I

Matérias das provas de conhecimentos da fase escrita, referidas nos números 4 e 5 do artigo 16.º (direito e processo administrativo e tributário), e da fase oral, referidas nas alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 19.º (direito administrativo e direito tributário e procedimento e processo administrativo e tributário), da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, e respetiva bibliografia de referência (por ordem alfabética).

Direito Administrativo (fases escrita e oral)

Função administrativa
Organização administrativa
Procedimento administrativo (Código de Procedimento Administrativo)
Princípios constitucionais e legais que regem a atividade administrativa
Vinculação e discricionariedade administrativa
O direito à informação
A atividade administrativa (o regulamento, o ato, o contrato)
Direito do trabalho em funções públicas, em especial o estatuto disciplinar
Contratação pública
Direito do urbanismo: instrumentos de gestão territorial, gestão urbanística e medidas de tutela da legalidade urbanística
Contraordenações urbanísticas
Direito do Ambiente
Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas
Contencioso da nacionalidade
Direito de asilo e proteção subsidiária.

Bibliografia de referência

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto — *Comentário do Regime Geral das Contra-Ordenações à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Lisboa: Universidade Católica, 2011

ALMEIDA, Mário Aroso de — *Teoria geral do direito administrativo*. 7.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

AMARAL, Diogo Freitas do — *Curso de direito administrativo*:

Volume I. 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

Volume II. 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

ANDRADE, José Carlos Vieira de — *Lições de direito administrativo*. 6.ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020

BRITO, Pedro Madeira de — *Contrato de trabalho da Administração Pública e sistema de fontes*. Lisboa: AAFDL, 2019

CADILHA, Carlos Alberto Fernandes — *Regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas anotado*. 2.ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2011

CARVALHO, Raquel — *Comentário ao regime disciplinar dos trabalhadores em funções públicas*. 2.ª edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018

CARVALHO, Raquel — *Introdução ao Direito do Urbanismo*. 2.ª edição. Porto: Universidade Católica, 2020

CAUPERS, João; EIRÓ, Vera — *Introdução ao Direito Administrativo*. 12.ª edição. Lisboa: Editora Âncora, 2016

Contencioso dos Planos Urbanísticos [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ContenciosoUrbanistico2018.pdf

Contraordenações nos Tribunais Administrativos [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2019. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ContraTribAdm2019.pdf

Contratação Pública [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ContratacaoPublica2018.pdf

DIAS, José Eduardo Figueiredo; OLIVEIRA, Fernanda Paula — *Noções fundamentais de direito administrativo*. 5.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

Direito administrativo [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2014. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/Direito_Administrativo.pdf

Direito do Trabalho na Administração Pública — I. [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Direito_do_Trabalho_na_Administracao_Publica_I.pdf

Direito do trabalho em funções pública [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_DTrabalhoFP2020.pdf

Direito do Urbanismo 2014-2017 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Urbanismo2014_2017.pdf

Direito do Urbanismo 2020 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_DireitoUrbanismo.pdf

Direito e Processo Administrativo [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Direito_Processo_Administrativo.pdf

DUARTE, David — *Procedimentalização, Participação e Fundamentação: Para uma concretização do princípio da imparcialidade administrativa como parâmetro decisório*. Coimbra: Almedina, 1996

ESTORNINHO, Maria João — *Curso de direito dos contratos públicos — por uma contratação pública sustentável*. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2013

ESTORNINHO, Maria João (coord.) — *A Transposição das Diretivas Europeias de 2014 e o Código dos Contratos Públicos* [Em linha]. ICJP, 2016. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

<http://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/9030/view>

ESTORNINHO, Maria João; MARTINS, Ana Gouveia (coord.) — *Atas da conferência — A revisão do Código dos Contratos Públicos* [Em linha]. ICJP, 2016. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

<http://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/11040/view>

FONTES, José — *Curso sobre o novo código do procedimento administrativo*. 8.ª edição. Coimbra: Almedina, 2020

GARCIA, Maria da Glória F. P. D. ...[et al.] — *Comentários à Revisão do Código do Procedimento Administrativo*. Coimbra: Almedina, 2016

GOMES, Carla Amado — *Direito do Ambiente — Anotações Jurisprudenciais dispersas* [Em linha]. 2.ª edição. ICJP, 2016. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/11488/view

GOMES, Carla Amado — *Introdução ao Direito do Ambiente*. 4.ª edição. Lisboa: AAFDL, 2018

GOMES, Carla Amado; NEVES, Ana Fernanda; SERRÃO, Tiago (coord.) — *Comentários ao novo código do procedimento administrativo*:

Volume I. 5.ª edição. Lisboa: AAFDL, 2020

Volume II. 5.ª edição. Lisboa: AAFDL, 2020

GOMES, Carla Amado; PEDRO, Ricardo; SERRÃO, Tiago (coord.) — *O Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas: Comentários à Luz da Jurisprudência*. 2.ª edição. Lisboa: AAFDL, 2018

GOMES, Carla Amado; NEVES, Ana Fernanda; SERRÃO, Tiago (coord.) -*Organização Administrativa: Novos Actores, Novos Modelos*, 2 vols., Lisboa: AAFDL Editora, 2018

GONÇALVES, Pedro Costa — *Direito dos Contratos Públicos*. Volume I. 5.ª edição. Coimbra: Almedina, 2021

GONÇALVES, Pedro Costa — *Manual de Direito Administrativo*, Volume I. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020

MEDEIROS, Rui (Org.) — *Comentário ao Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013

MIRANDA, Jorge — *Direito de asilo e refugiados na ordem jurídica portuguesa*. 2.ª edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020

MONCADA, Luiz S. Cabral de — *Código do Procedimento Administrativo Anotado*. 3.ª edição. Lisboa: Quid Juris. 2019

MONIZ, Ana Raquel Gonçalves — *A recusa de aplicação de regulamentos pela administração com fundamento em invalidade: contributo para a teoria dos regulamentos*. Coimbra: Almedina, 2012

MOURA, Paulo Veiga, ARRIMAR, Cátia — *Comentários à lei geral do trabalho em funções públicas*. Coimbra: Coimbra Editora, 2014

NEVES, Ana Fernanda — *O direito disciplinar da função pública*. 2 vols. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2007

O contencioso da nacionalidade [Em linha]. 2.ª edição. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Nacionalidade_2ed.pdf

O contencioso do direito de asilo e proteção subsidiária [Em linha]. 2.ª edição. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_O_contencioso_do_direito_de_asilo_e_protecao_subsidia_2edicao.pdf

O Novo Código do Procedimento Administrativo [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_novo_CPCA.pdf

OLIVEIRA, A. Sofia Pinto; RUSSO, Anabela — *Lei do Asilo, Anotada e Comentada*. Lisboa: Petrony Editora, 2019

OLIVEIRA, Fernanda Paula; NEVES, Maria José Castanheira; LOPES, Dulce — *Regime jurídico da urbanização e edificação* — Comentado. 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020

OLIVEIRA, Mário Esteves de; GONÇALVES, Pedro Costa; AMORIM, João Pacheco — *Código do procedimento administrativo comentado e anotado*. 2.ª edição. Coimbra: Almedina, 2010

OTERO, Paulo — *Direito do Procedimento Administrativo I*. Coimbra: Almedina, 2016

OTERO, Paulo — *Manual de direito administrativo. Vol. I*. Reimpressão da edição de 2013. Coimbra: Almedina, 2016

PINHEIRO, Alexandre Sousa ...[et al.] — *Questões fundamentais para a aplicação do CPA*. Reimpressão. Coimbra: Almedina/ICJP-CIDP, 2017

Procedimento Administrativo [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ProcedimentoAdministrativo.pdf

RAMALHO, Maria do Rosário Palma — *Tratado de Direito do Trabalho, Parte IV — Contratos e Regimes especiais*. Coimbra: Almedina, 2019

Regime Geral das Contraordenações e as Contraordenações Administrativas e Fiscais. [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2015. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/Regime_geral_contraordenacoes_contraordenacoes_administrativas_fiscais.pdf

Responsabilidade civil do Estado [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2014. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Responsabilidade_Civil_Estado.pdf

Responsabilidade civil dos Poderes Públicos [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_RespCivil_PP.pdf

Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas. [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ResponsCivilEstado_2020.pdf

SOUSA, Marcelo Rebelo de; MATOS, André Salgado de:

Direito administrativo geral: Tomo I. Introdução e princípios fundamentais. 3.ª edição. Lisboa: Dom Quixote, 2008; *Tomo III. Actividade administrativa*. 2.ª edição. Lisboa: Dom Quixote, 2009; *Contratos públicos*. 2.ª edição. Lisboa: Dom Quixote, 2009; *Responsabilidade civil administrativa*. Lisboa: Dom Quixote, 2008

Direito Tributário (fases escrita e oral)

Princípios constitucionais de direito tributário
Conceitos de imposto, taxa, contribuições financeiras e figuras afins
Interpretação e integração das normas fiscais
Aplicação da lei fiscal no espaço e no tempo
Relação jurídica tributária
Procedimento tributário, suas fases e princípios
Garantias não impugnatórias dos contribuintes
Sistema fiscal português (em particular, o IMI, o IMT, o IRS, o IRC e o IVA)
Benefícios Fiscais
Juros compensatórios e indemnizatórios
Contraordenações tributárias
Tributação direta e indireta na União Europeia
Fontes de direito tributário internacional
Elementos de conexão no direito tributário internacional

Bibliografia de referência

A prova no processo tributário — 2017 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].
Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Prova_PT2017.pdf

Contabilidade Financeira [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2019. [Consultado em 27-07-2021].
Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ContabilidadeFinanceira.pdf

Contraordenações Tributárias — 2016 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].
Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_contraordenacoes_t_2016.pdf

Contraordenações tributárias e temas de direito processual tributário [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016. [Consultado em 27-07-2021].
Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_contraordenacoes_tributarias_e_temas_de_direito_processual_tributario.pdf

Direito Fiscal Internacional e Europeu e Jurisprudência do TJUE [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2019. [Consultado em 27-07-2021].
Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_DireitoFiscalInternacional_leve.pdf

Direito Fiscal Internacional e Europeu [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Direito_Fiscal_Internacional_Europeu.pdf

Direito Fiscal Internacional e Europeu e Contencioso Aduaneiro — 2016 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Direito_F_Internacional2016.pdf

IRC, avaliação indireta da matéria coletável e responsabilidade subsidiária — 2016 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_IRC2016.pdf

Prescrição da Obrigação Tributária [Em linha]. 2.ª edição. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_PrescricaoTributario2020.pdf

Princípios de Contabilidade Financeira e Fiscal [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_PrincipiosContabFF.pdf

Procedimento e Processo Tributário — 2016 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Procedimento_Processo_Tributario2016.pdf

Regime Geral das Contraordenações e as Contraordenações Administrativas e Fiscais [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2015. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/Regime_geral_contraordenacoes_contraordenacoes_administrativas_fiscais.pdf

Taxas e contribuições financeiras a favor das entidades públicas e contribuições para a segurança social [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2015. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Taxas_contribuicoes_financeiras.pdf

Taxas, IVA e IMI — 2016 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Taxas_IMI_IVA_2016.pdf

Temas de Direito Tributário 2017 — Insolvência, Taxas, Jurisprudência do TEDH e do TJ [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_TemasDireitoTributario2017_II.pdf

Temas de Direito Tributário 2017 — IVA e Tributação do Rendimento [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_TemasTributario2017.pdf

Temas de Direito Tributário 2017 — Procedimento Tributário e Custas Processuais [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/e_book_Tributario2017_I.pdf

Temas de Direito Tributário 2018 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_TDireitoT2018.pdf

Temas de Direito Tributário. IRS e IVA 2019 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2019. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_IRS_IVA2019.pdf

Temas de Direito Tributário: IRC, IVA e IRS. [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_book_Tributario_II.pdf

Tributação Indireta (IVA e IEC) [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2019. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_TributacaoIndireta.pdf

CAMPOS, Diogo Leite de; RODRIGUES, Benjamim Silva; SOUSA, Jorge Lopes de — *Lei geral tributária. Anotada e comentada*. 4.ª edição. Lisboa: Encontro da Escrita, 2012

COSTA, José Manuel Cardoso da — Ainda a distinção entre «taxa» e «imposto» na jurisprudência constitucional.

In: Homenagem a José Guilherme Xavier de Basto/coord. J. L. Saldanha Sanches, António Martins. Coimbra: Coimbra Editora, 2006, p. 547-573

COSTA, José Manuel Cardoso da — O enquadramento constitucional do direito dos impostos em Portugal: A jurisprudência do Tribunal Constitucional.

In: Perspectivas constitucionais: nos 20 anos da Constituição de 1976/coord. Jorge Miranda, Vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1997, p. 397-428

COSTA, José Manuel Cardoso da — Sobre o princípio da legalidade das “taxas” e das “demais contribuições financeiras”.

In: Estudos de Homenagem ao Professor Marcello Caetano/coord. Jorge Miranda, Vol. I. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006, p. 789-807

- COURINHA, Gustavo Lopes — *Manual do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020
- DOURADO, Ana Paula — *Direito fiscal. Lições*. 5.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021
- DOURADO, Ana Paula — *Governança Fiscal Global*. 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020
- DOURADO, Ana Paula — *Lições de Direito Fiscal Europeu — Tributação Directa*. Coimbra: Coimbra Editora, 2010
- DOURADO, Ana Paula — *O princípio da legalidade fiscal — tipicidade, conceitos jurídicos indeterminados e margem de livre apreciação*. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2015
- GARCIA, Nuno Oliveira — *Contencioso de taxas*. 3.ª edição. Coimbra: Almedina, 2018
- GOMES, Nuno de Sá — *Manual de direito fiscal, Vol. I*. Lisboa: Rei dos Livros, 2003
- GUERREIRO, António Lima — *Lei geral tributária anotada*. Lisboa: Rei dos Livros, 2001
- MACHADO, E. M. Jónatas; COSTA, Paulo Nogueira da — *Manual de Direito Fiscal*. 3.ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2019
- MARTÍNEZ, Pedro Soares — *Direito fiscal*. 10.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2003
- MORAIS, Rui Duarte — *Sobre o IRS*. 3.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2016
- NABAIS, José Casalta — *Direito fiscal*. 11.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021
- NABAIS, José Casalta — *Introdução ao direito fiscal das empresas*. 3.ª edição. Coimbra: Almedina, 2018
- PALMA, Clotilde Celorico — *Introdução ao Imposto Sobre o Valor Acrescentado*. 6.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2017
- PEREIRA, Manuel Henrique de Freitas — *Fiscalidade*. 6.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020
- PEREIRA, Paula Rosado — *Manual de IRS*. 2.ª edição. Coimbra: Almedina, 2019
- PIRES, Manuel; PIRES, Rita Calçada — *Direito fiscal*. 5.ª edição, corrigida e Aumentada. Coimbra: Almedina, 2018
- RIBEIRO, João Sérgio — *Direito Fiscal da União Europeia: Tributação Directa*. 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2021
- ROCHA, Joaquim Freitas da — *Lições de procedimento e processo tributário*. 7.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020
- ROCHA, Joaquim Freitas da; SILVA, Hugo Flores da — *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*. Lisboa: Almedina, 2017
- SANCHES, J. L. Saldanha — *Manual de direito fiscal*. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- SILVA, Suzana Tavares da — *As taxas e a coerência do sistema tributário*. 2.ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2013
- TEIXEIRA, Glória — *Manual de Direito Fiscal*. 5.ª edição, reimpressão. Lisboa: Almedina, 2021
- VASQUES, Sérgio — *Manual de direito fiscal*. 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021
- VASQUES, Sérgio — *O Imposto sobre o Valor Acrescentado*. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020
- VASQUES, Sérgio — *O Princípio da equivalência como critério da igualdade tributária*. Coimbra: Almedina, 2008
- VASQUES, Sérgio; PEREIRA, Tânia Carvalhais — *Os Impostos Especiais de Consumo*. Coimbra: Almedina, 2016
- XAVIER, Alberto — *Direito Tributário Internacional*. 2.ª edição. Coimbra: Almedina, 2020

Processo Administrativo (fases escrita e oral)

- Direito processual administrativo (Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Código de Processo Civil)
- Organização e funcionamento dos tribunais administrativos
- Âmbito da jurisdição administrativa
- Conflitos de competência e de jurisdição
- Princípios do processo administrativo
- Pressupostos processuais

Ação administrativa — tramitação e decisão (objeto e limites)
Tutela principal urgente
Tutela cautelar
Tutela executiva
Valor da causa e custas processuais
Recursos jurisdicionais
Intervenção do Ministério Público e a ação pública

Bibliografia de referência

A Revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos — I [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021]

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_RevisaoCPTA_I.pdf

A Revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos — II. [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_RevisaoCPTA_II.pdf

ALMEIDA, Mário Aroso de — *Anulação de actos administrativos e relações jurídicas emergentes*. Coimbra: Almedina, 2002

ALMEIDA, Mário Aroso de — *Manual de Processo Administrativo*. 5.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

ALMEIDA, Mário Aroso de; CADILHA, Carlos Alberto Fernandes — *Comentário ao código do processo nos tribunais administrativos*. 5.ª edição. Coimbra: Almedina, 2021

ANDRADE, José Carlos Vieira de — *A Justiça administrativa*. 18.ª edição. Coimbra: Almedina, 2020

CADILHA, Carlos Alberto Fernandes — *Dicionário de contencioso administrativo*. 2.ª edição. Coimbra: Almedina, 2018

Contencioso Pré-Contratual [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Contencioso_Precontratual.pdf

CORREIA, Cecília Anacoreta — *A tutela executiva dos particulares no Código de Processo nos Tribunais Administrativos*. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2015

CORREIA, Sérvulo — *Direito do contencioso administrativo I*. Lisboa: Lex, 2005

FONSECA, Isabel Celeste M. — *Processo temporalmente justo e urgência*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009

FREITAS, José Lebre de — *A Ação Declarativa comum à luz do Código de Processo Civil de 2013*. 4.ª edição. Coimbra: GestLegal, 2017

FREITAS, José Lebre de — *Introdução ao processo civil conceito e princípios gerais à luz do novo código*. 4.ª edição. Coimbra: GestLegal, 2017

GOMES, Carla Amado; NEVES, Ana Fernanda; SERRÃO, Tiago (coord) — *Comentários à Legislação Processual Administrativa*, 2 vols. 5.ª edição. Lisboa: AAFDL, 2020

GOMES, Carla Amado; NEVES, Ana Fernanda; SERRÃO, Tiago (coord.) — *O anteprojecto de revisão do código de processo nos tribunais administrativos e do estatuto dos tribunais administrativos e fiscais em debate*. Lisboa: AAFDL, 2014

OLIVEIRA, Mário Esteves de; OLIVEIRA, Rodrigo Esteves de — *Código de processo nos tribunais administrativos*, vol. I. Coimbra: Almedina, 2006

Processo administrativo [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ProcessoA.pdf

SILVA, Vasco Pereira da — *O contencioso administrativo no divã da psicanálise — ensaio sobre as ações no novo processo administrativo*. 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2016

Processo Tributário (fases escrita e oral)

Direito processual tributário (Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais ETAF, Código de Procedimento e de Processo Tributário-CPPT, Código de Processo nos Tribunais Administrativos-CPTA, Código de Processo Civil e Regime Geral das Infrações Tributárias-RGIT)

Organização e funcionamento dos tribunais tributários

Âmbito da jurisdição tributária

Conflitos de competência jurisdicional

Justiça tributária e seus princípios

Tutela processual não urgente e urgente

Tutela cautelar

Execução fiscal

Tipos de pretensões dedutíveis, pressupostos processuais, diversas tramitações processuais e objeto da decisão

Representação processual

Convolação processual

Nulidades do processo judicial tributário

Prova e meios de prova

Valor das causas e custas processuais

Recursos jurisdicionais

As alterações introduzidas no contencioso tributário e na organização judiciária (tribunais tributários) pela Lei n.º 114/2019, de 12/09 e pela Lei n.º 118/2019, de 17/09

Bibliografia de referência

A prova no processo tributário — 2017 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Prova_PT2017.pdf

Contencioso Tributário [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2015. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/Contencioso_Tributario.pdf

Contraordenações tributárias e temas de direito processual tributário [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_contraordenacoes_tributarias_e_temas_de_direito_processual_tributario.pdf

Direito Fiscal Internacional e Europeu e Contencioso Aduaneiro — 2016 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Direito_F_Internacional2016.pdf

Execução Fiscal [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2019. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ExecucaoFiscal.pdf

Insolvência e Contencioso Tributário [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Insolvencia_CTributario.pdf

Procedimento e Processo Tributário — 2016 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Procedimento_Processo_Tributario2016.pdf

Temas de Direito Tributário 2017 — Procedimento Tributário e Custas Processuais [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/e_book_Tributario2017_I.pdf

Tutela Cautelar no Contencioso Tributário [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_TutelaCautelar.pdf

Tutela Urgente e Cautelar no Processo Tributário [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_tutela_audiobook2018.pdf

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto — *Comentário do Regime Geral das Contra-Ordenações à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Lisboa: Universidade Católica, 2011

DIAS, Augusto Silva — *Direito das Contra-ordenações*. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020

GARCIA, Nuno Oliveira — *Contencioso de taxas*. 3.ª edição. Coimbra: Almedina, 2018

MORAIS, Rui Duarte — *A execução fiscal*. 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2010

MORAIS, Rui Duarte — *Manual de procedimento e processo tributário*. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2016

NABAIS, José Casalta — *Direito fiscal*. 11.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

PAIVA, Carlos — *O processo de execução fiscal*. 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2018

REIS, Margarida, FLORA, Cristina — *Recursos no contencioso tributário*. Lisboa: Quid Juris, 2015

ROCHA, Joaquim Freitas da — *Lições de procedimento e processo tributário*. 7.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020

ROCHA, Joaquim Freitas da; SILVA, Hugo Flores da — *Teoria Geral da Relação Jurídica Tributária*. Lisboa: Almedina, 2017

- SANCHES, J. L. Saldanha — *Manual de direito fiscal*. Coimbra: Coimbra Editora, 2007
- SOUSA, Jorge Lopes de — *Código de procedimento e de processo tributário anotado e comentado*, Volumes I a IV. 6.ª edição. Lisboa: Áreas Editora, 2011
- SOUSA, Jorge Lopes de; SANTOS, Manuel Simas — *Contra-ordenações-Anotações ao regime geral*. 6.ª edição. Lisboa: Áreas Editora, 2011
- SOUSA, Jorge Lopes de; SANTOS, Manuel Simas — *Regime geral das infracções tributárias — anotado*. 4.ª edição. Lisboa: Áreas Editora, 2010
- TORRÃO, João António Valente — *Código de procedimento e de processo tributário — anotado e comentado*. Coimbra: Almedina, 2005

Procedimento Administrativo (fase oral)

- Âmbito de aplicação do Código do Procedimento Administrativo
- Princípios constitucionais e legais que regem a atividade administrativa
- Procedimento administrativo (Código de Procedimento Administrativo)
- Procedimento do regulamento administrativo
- Procedimento do ato administrativo
- Procedimentos administrativos especiais: disciplinares, de contratação pública, em matéria urbanística, ambiental (avaliação de impacte ambiental) e de asilo.

Bibliografia de referência

- ALMEIDA, Mário Aroso de — *Teoria geral do direito administrativo*. 7.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021
- AMARAL, Diogo Freitas do — *Curso de direito administrativo*:
- Volume I*. 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021
- Volume II*. 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021
- CARVALHO, Raquel — *Comentário ao regime disciplinar dos trabalhadores em funções públicas*. 2.ª edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018
- CARVALHO, Raquel — *Introdução ao Direito do Urbanismo*. 2.ª edição. Porto: Universidade Católica, 2020
- CAUPERS, João; EIRÓ, Vera — *Introdução ao Direito Administrativo*. 12.ª edição. Lisboa: Editora Âncora, 2016
- Contencioso dos Planos Urbanísticos* [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].
- Disponível na Internet:
- http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ContenciosoUrbanistico2018.pdf
- Contratação Pública* [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].
- Disponível na Internet:
- http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ContratacaoPublica2018.pdf
- DIAS, José Eduardo Figueiredo; OLIVEIRA, Fernanda Paula — *Noções fundamentais de direito administrativo*. 5.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021
- Direito do trabalho em funções públicas* [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020. [Consultado em 27-07-2021].
- Disponível na Internet:
- http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_DTrabalhoFP2020.pdf

Direito do Urbanismo 2014-2017 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Urbanismo2014_2017.pdf

Direito do Urbanismo 2020 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_DireitoUrbanismo.pdf

FONTES, José — *Curso sobre o novo código do procedimento administrativo*. 8.ª edição. Coimbra: Almedina, 2020

GOMES, Carla Amado — *Direito do Ambiente — Anotações Jurisprudenciais dispersas* [Em linha]. 2.ª edição. ICJP, 2016. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/11488/view

GOMES, Carla Amado — *Introdução ao Direito do Ambiente*. 4.ª edição. Lisboa: AAFDL, 2018

GOMES, Carla Amado; NEVES, Ana Fernanda; SERRÃO, Tiago (coord.) — *Comentários ao novo código do procedimento administrativo*:

Volume I. 5.ª edição. Lisboa: AAFDL, 2020

Volume II. 5.ª edição. Lisboa: AAFDL, 2020

MONCADA, Luiz S. Cabral de — *Código do Procedimento Administrativo Anotado*. 3.ª edição. Lisboa: Quid Juris. 2019

O contencioso do direito de asilo e proteção subsidiária [Em linha]. 2.ª edição. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_O_contencioso_do_direito_de_asilo_e_protecao_subsidiaria_2edicao.pdf

PINHEIRO, Alexandre Sousa ...[et al.] — *Questões fundamentais para a aplicação do código do procedimento administrativo*. Reimpressão. Coimbra: Almedina/ICJP-CIDP, 2017

SOUSA, Marcelo Rebelo de; MATOS, André Salgado de — *Direito administrativo geral. Tomo III Actividade administrativa*. 2.ª edição. Lisboa: Dom Quixote, 2009

Procedimento Tributário (fase oral)

Direito procedimental administrativo (CPA)

Princípios do procedimento tributário

Sujeitos do procedimento tributário

Fases do procedimento tributário

Modalidades do procedimento tributário

Procedimentos prévios de informação e de avaliação

Procedimentos de avaliação da matéria tributável

Procedimentos de liquidação

Procedimento de inspeção tributária

Procedimento de reclamação graciosa

Recurso hierárquico

Procedimento de revisão do ato tributário

Bibliografia de referência

Procedimento e Processo Tributário — 2016 [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_Procedimento_Processo_Tributario2016.pdf

Temas de Direito Tributário 2017 — Procedimento Tributário e Custas Processuais [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/e_book_Tributario2017_I.pdf

CAMPOS, Diogo Leite de; RODRIGUES, Benjamim Silva; SOUSA, Jorge Lopes de — *Lei geral tributária. Anotada e comentada*. 4.ª edição. Lisboa: Encontro da Escrita, 2012

GARCIA, Nuno de Oliveira; NUNES, Rita Carvalho — *Inspecção Tributária Externa e a Relevância dos Actos Materiais de Inspecção*.

In: Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal. Coimbra: Coimbra Editora. A. 4, n.º 1 (Primavera 2011), p. 249-268

GARCIA, Nuno Oliveira — *Contencioso de taxas*. 3.ª edição. Coimbra: Almedina, 2018

GUERREIRO, António Lima — *Lei geral tributária anotada*. Lisboa: Rei dos Livros, 2001

NABAIS, José Casalta — *Direito fiscal*. 11.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

ROCHA, Joaquim Freitas da — *Lições de procedimento e processo tributário*. 7.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020

ROCHA, Joaquim Freitas da; CALDEIRA, João Damião — *Regime complementar do procedimento de inspecção tributária (RCPIT) anotado e comentado*. Coimbra: Coimbra Editora, 2013

SOUSA, Jorge Lopes de — *Código de procedimento e de processo tributário anotado e comentado*, volumes I a IV. 6.ª edição Lisboa: Áreas Editora, 2011

TORRÃO, João António Valente — *Código de procedimento e de processo tributário — anotado e comentado*. Coimbra: Almedina, 2005

Prova de Desenvolvimento de Temas Culturais, Sociais ou Económicos

(referida no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro)

A) Crises, catástrofes e o regresso do Estado?

B) Violências sobre o Outro: intimidades, tecnologias e instituições

C) Trabalho, transição digital e sociedade

Bibliografia de referência

Tema A

MENDES, José Manuel; ARAÚJO, Pedro — *Risco, catástrofes e a questão das vítimas*. *In: e-cadernos CES* [Em linha]. N.º 25 (2016), p.10-27. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

<https://journals.openedition.org/eces/2029>

OLIVEIRA, Ricardo ...[et al.] — *Analysis of fatalities originated by burning of agricultural and forestry residues in Portugal*. *In: The International Emergency Management Society 2015 — Annual Conference At: Rome* [Em linha]. [[Consultado em 27-07-2021]

Disponível na internet:

https://www.researchgate.net/publication/282847267_Analysis_of_fatalities_originated_by_burning_of_agricultural_and_forestry_residues_in_Portugal

SANTOS, Nicolau (org.) — *Pensar o futuro — Portugal e o mundo depois da Covid-19*. Porto: Porto Editora, 2020

Tema B

CASIMIRO, Cláudia — Violência feminina: a face oculta da violência no casal. *In: Sociologia on line* [Em linha]. N.º 6 (junho 2013). [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

https://revista.aps.pt/wp-content/uploads/2017/09/N6_art-1_Claudia-Casimiro.pdf

EUROPOL — *Exploiting isolation: Offenders and victims of online child sexual abuse during the COVID-19 pandemic*. [Em linha]. EUROPOL, 2020. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

<https://www.europol.europa.eu/publications-documents/exploiting-isolation-offenders-and-victims-of-online-child-sexual-abuse-during-covid-19-pandemic>

LE MOS, Rute — A amplificação da violência institucional sobre as pessoas mais velhas em contexto de pandemia. *In: Cadernos da Pandemia* [Em linha]. N.º 2. (2020), p. 12-17. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

<http://isociologia.up.pt/sites/default/files/eventos/Olhares%20Sociolo%CC%81gicos.pdf>

TORRES, Anália (coord.) — *Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho*. [Em linha]. Lisboa: CITE, 2016. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Assedio_Sexual_Moral_Local_Trabalho.pdf

Tema C

CASACA, Sara Falcão — Conceitos de trabalho, emprego, flexibilidade e precariedade. *In: Temas atuais da Sociologia do Trabalho e da Empresa*/coord. Ilona Kovács. Coimbra: Almedina/Fundação Económicas, p. 31-45.

OIT — *Relatório Inicial para a Comissão Mundial sobre O Futuro do Trabalho*. [Em linha]. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2017. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_682688.pdf

SILVA, Pedro A. ...[et al.] — Trabalho e desigualdades no Grande Confinamento. *In: Estudos CoLABOR* [Em linha]. N.º 2/2020. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

<https://colabor.pt/wp-content/uploads/2020/04/Estudos-CoLABOR-2.pdf>

UNESCO — *Embracing a culture of lifelong learning*. [Em linha]. Hamburg: UNESCO — Institute for Lifelong Learning, 2020. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

<https://uil.unesco.org/lifelong-learning/embracing-culture-lifelong-learning>

ANEXO II

Matérias das provas de conhecimentos da fase oral referidas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, e respetiva bibliografia de referência

Direito Constitucional

Direito Constitucional e Direitos Humanos

Princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa
Direitos fundamentais
Organização económica
Organização do poder político e tribunais
Atos normativos
Justiça constitucional
Interpretação constitucional
Direitos Humanos
Provedor de Justiça
Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

Bibliografia de referência

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de (org.). — *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*. 3 vols. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2019-2020.

ALEXANDRINO, José de Melo

Direitos Fundamentais — Introdução Geral. 2.ª edição. Estoril: Principia, 2015

Lições de Direito Constitucional. 2 vols. 3.ª edição. Lisboa: AAFDL Editora, 2017-2018

AMARAL, Maria Lúcia — *A Forma da República: uma introdução ao estudo do direito constitucional*. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2012

ANDRADE, José Carlos Vieira de — *Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. 6.ª edição. Coimbra: Almedina, 2019

BARRETO, Ireneu Cabral — *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. 6.ª edição. Coimbra: Almedina, 2020

CANOTILHO, José Joaquim Gomes — *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina 2019

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital

Constituição da República Portuguesa, 2 vols., Coimbra: Coimbra Editora, 2014

Comentário à Constituição Portuguesa.

Vol. II — *Organização Económica*. Coimbra: Almedina, 2008

Vol. III, 1.º tomo — *Princípios Gerais da Organização do Poder Político*. Coimbra: Almedina, 2008

CORREIA, Fernando Alves — *Justiça Constitucional*. 2.ª edição. Coimbra: Almedina, 2019

FONSECA, Rui Guerra da — *Proteção Internacional dos Direitos Humanos*. Lisboa: AAFDL, 2018.

GOUVEIA, Jorge Bacelar

Manual de Direito Constitucional, 2 vols. 6.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2019-2020

Manual de Direito Internacional Público. 5.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020

MACHADO, Jónatas — *Direito Internacional — Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*. 5.ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2019

MARTINS, Ana Maria Guerra — *Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2017

MIRANDA, Jorge

Curso de Direito Constitucional. 2 volumes. 2.ª edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020

Direitos Fundamentais. 3.ª edição. Coimbra: Almedina, 2020

Curso de Direito Internacional Público. 6.ª edição. Principia, 2016

MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui — *Constituição Portuguesa Anotada*

Vol. I — Artigos 1.º a 79.º, 2.ª edição revista. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017

Vol. II — Artigos 80.º a 201.º, 2.ª edição revista, atualizada e ampliada Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018

Vol. III — Artigos 202.º a 296.º 2.ª edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020

MORAIS, Carlos Blanco de

Curso de Direito Constitucional:

Tomo I. 3.ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2015

Tomo II. Coimbra: Almedina, 2018

Justiça Constitucional. 2 vols. 2.ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2006- 2011

NOVAIS, Jorge Reis

A Dignidade da Pessoa Humana. 2 vols. 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2018-2020

Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2011

Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional em Estado de Direito Democrático. Lisboa: AAFDL Editora, 2017

Direitos Sociais: Teoria Jurídica dos Direitos Sociais enquanto Direitos Fundamentais. Lisboa: AAFDL Editora, 2017

Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade. 2.ª edição. Lisboa: AAFDL Editora, 2019

OTERO, Paulo

Direito Constitucional Português. 2 vols. 1.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2017

Instituições Políticas e Constitucionais. reimpressão da edição de setembro de 2007. Coimbra: Almedina, 2017

Comentário à Constituição Portuguesa

Vol. II — *Organização Económica*/colab. Rui Guerra da Fonseca;

Vol. III, 1.º tomo — *Princípios Gerais da Organização do Poder Político*/colab. Alexandre Sousa Pinheiro, /Pedro Lomba. Coimbra: Almedina.

Direito da União Europeia

Princípios de Direito da União Europeia

Instituições da União Europeia

Fontes de Direito da União Europeia

Aplicação de Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa e pelos tribunais portugueses

Bibliografia de referência

- AAVV — *Enciclopédia da União Europeia*. Petrony. 2018
- CAMPOS, João Mota de; CAMPOS, João Luis Mota de — *Manual de direito europeu: o sistema institucional: a ordem jurídica: o ordenamento económico da União Europeia*. 6.ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2010
- CAMPOS, João Mota — *Direito processual da União Europeia — contencioso comunitário*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014
- COUTINHO, Francisco Pereira — *Os Tribunais Nacionais na Ordem Jurídica da União Europeia — O Caso Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 2013
- DUARTE, Maria Luísa — *União Europeia — estática e dinâmica da ordem jurídica eurocomunitária*, vol. I. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2017
- DUARTE, Maria Luísa — *Direito Contencioso da União Europeia*. Lisboa: AAFDL Editora, 2017
- HENRIQUES, Miguel Gorjão — *Direito da União — História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência*. 9.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021
- MACHADO, Jónatas — *Direito da União Europeia*. 3.ª edição. GestLegal, 2018
- MARTINS, Ana Maria Guerra — *Manual de Direito da União Europeia — Após o Tratado de Lisboa*. 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2019
- MARTINS, Margarida Salema d'Oliveira — *A União Europeia — o direito e a actividade*. Lisboa: Quid juris, 2018
- MARTINS, Patrícia Fragoso — *Administrações Públicas Nacionais e Direito da União Europeia — Questões e Jurisprudências Essenciais*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018
- MARTINS, Patrícia Fragoso — *Tribunais Nacionais e Direito da União Europeia — Questões e jurisprudência essenciais*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020
- MESQUITA, Maria José Rangel — *Introdução ao Contencioso da União Europeia — Lições*. 3.ª edição. Coimbra: Almedina, 2018
- PAIS, Sofia — *Direito da União Europeia — legislação e jurisprudência fundamentais*. 3.ª edição. Lisboa: Quid juris, 2020
- PORTO, Manuel Lopes; ANASTÁCIO, Gonçalo (coord.) — *Tratado de Lisboa anotado e comentado*. Coimbra: Almedina, 2012
- SILVEIRA, Alessandra — *Princípios de direito da União Europeia. Doutrina e jurisprudência*. 2.ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2011
- SILVEIRA, Alessandra; CANOTILHO, Mariana (coord.) — *Carta dos direitos fundamentais da União Europeia comentada*. Coimbra: Almedina, 2013
- SILVEIRA, Alessandra; CANOTILHO, Mariana; FROUFE, Pedro Madeira — *Direito da União Europeia: Elementos de direito e políticas da União*. Coimbra: Almedina, 2016
- SOUSA, Domingos Pereira — *Direito da União Europeia*. Lisboa: Quid Juris, 2018

Em inglês:

- BIRKINSHAW, Patrick J.; VARNEY, Mike (ed.) — *The European Union Legal Order after Lisbon*. Kluwer Law International, 2010
- BROBERG, M.; FENGER, N. — *Preliminary References to the European Court of Justice*. 2 ed. Oxford University Press, 2014
- LENAERTS, Koen; MASELIS, Ignace; GUTMAN, Katheleen — *EU procedural law*. Oxford University Press, 2014

Em Francês:

- LOTARSKI, Jaroslaw — *Droit du contentieux de l'Union européenne*. 5 ed. LGDJ., 2014
- PRIOLLAUD, François-Xavier; SIRITZKY, David — *Le traité de Lisbonne: Commentaire, article para article, des nouveaux traits européens* (TUE et TFUE). Paris: La Documentation Française, 2008

SAURON, Jean-Luc — *Procédures devant les juridictions de l'Union européenne et devant la CEDH*. 4 ed. Gualino, 2016

SIMON, Denys (dir) — *Contentieux de l'Union européenne /3: renvoi préjudiciel, recours en manquement*. Lamy, 2011

WATHELET, Melchior — *Contentieux européen*. 2 ed. Larcier, 2014

Organização Judiciária

Categorias de tribunais e âmbito de competências previstas na Constituição

Tribunal Constitucional

Tribunal dos Conflitos

Modos de organização e funcionamento dos tribunais judiciais

Organização e funcionamento dos tribunais administrativos e fiscais

Estatuto das profissões forenses

Bibliografia de referência

BARROS, João Miguel — *Sistema Judiciário Anotado*. 2.ª edição. Lisboa:AAF DL Editora, 2017

CASTELO BRANCO, Carlos; ALMEIDA, José Eusébio — *Estatuto dos Magistrados Judiciais — Anotado e Comentado*. Coimbra: Almedina, 2020

COIMBRA, José Duarte — A nova lei do Tribunal dos Conflitos: a peça que faltava. In: *E-Pública: Revista Electrónica de Direito Público* [Em linha]. Vol. 6, n.º 3 (dezembro de 2019), p. 87-120 [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-184X2019000300008&lng=pt&nrm=iso

CURA, António A. Vieira — *Organização Judiciária Portuguesa*. GestLegal, 2018

MAGALHÃES, Fernando Sousa — *Estatuto da Ordem dos Advogados — Anotado e Comentado*. 15.ª edição. Coimbra: Almedina, 2021

Estatuto dos Magistrados Judiciais [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020 [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/eb_EMJ.pdf

Estatuto do Ministério Público [em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2020, atualizado a 2-12-2020. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/eb_EstatutoMP.pdf

Legislação Profissional [em linha]. Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, 2016. [Consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

https://crlisboa.org/2016/docs/Legislacao_profissional.pdf

Direito Civil

Interpretação da lei e integração das lacunas

Aplicação da lei no tempo e no espaço

Princípios fundamentais do direito civil

Exercício e tutela dos direitos

Personalidade jurídica e capacidade jurídica



Prescrição, caducidade e não uso do direito
Negócio jurídico
Responsabilidade pré-contratual — culpa na formação dos contratos
Transmissão, modificação e extinção das obrigações
Não cumprimento das obrigações
Meios coercitivos do cumprimento das obrigações
Garantia geral e garantias especiais das obrigações
Responsabilidade civil obrigacional
Contratos previstos no Código Civil
Responsabilidade civil extracontratual
Enriquecimento sem causa
Direito de propriedade
Direitos reais menores
Posse
Títulos de vocação sucessória, espécies de sucessão e espécies e classes de sucessíveis

Bibliografia de referência

O Dano na Responsabilidade Civil [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2014. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/O_Dano_Responsabilidade_Civil.pdf

A Interação do Direito Administrativo com o Direito Civil [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Interacao_Adm_Civil.pdf

Responsabilidade Civil Profissional [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_ResponsabilidadeProfissional.pdf

A Responsabilidade Civil Médica (decorrente de actos médicos praticados em hospitais públicos) [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_ResponsabilidadeMedica2018.pdf

Direito dos Contratos [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eB_Direitos_contratos.pdf

Novos Olhares sobre a Responsabilidade Civil [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018, atualizado a 23-09-2019 [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_ReponsCivil_2018.pdf

ANTUNES, Henrique Sousa — *Direitos Reais*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017

BARBOSA, Ana Mafalda Castanheira Neves de Miranda — *Lições de Responsabilidade Civil*. Parede: Principia, 2017

BARBOSA, Mafalda Miranda — *Lições de Teoria Geral de Direito Civil*. Coimbra: GestLegal, 2021

CORDEIRO, António Menezes — *Tratado de Direito Civil*:

Volume VIII — *Direito das obrigações (a gestão de negócios, o enriquecimento sem causa, a responsabilidade civil)*. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2017

Volume IX — *Direito das obrigações (cumprimento e não cumprimento, transmissão, modificação e extinção, garantias)*. 3.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2019

DIAS, Cristina M. Araújo — *Lições de Direito das Sucessões*, 7.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

FARIA, Jorge Ribeiro de; VASCONCELOS, Miguel Pestana de; PEDRO, Rute Teixeira — *Direito das Obrigações — Vol. I — 2.ª edição*, Coimbra: Almedina, 2020

FERNANDES, Luís A. Carvalho — *Lições de direitos reais*. 6.ª edição. Lisboa: Quid Juris, 2009

FERNANDES, Luís A. Carvalho — *Teoria geral do direito civil*:

Volume I — *Introdução. Pressupostos da relação jurídica*. 6.ª edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2012

Volume II — 5.ª edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010

GONZÁLEZ, José Alberto R. L. — *Direito da responsabilidade civil*. Lisboa: Quid Juris, 2017

HORSTER, Heinrich Ewald; SILVA, Eva Sónia Moreira da — *A Parte Geral do Código Civil Português*. 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020

JESUS, Gregório Silva — *Infrações Estradais Causais nos Acidentes de Viação*.

In: Direito Estradal [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/e_book_direito_estradal.pdf

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes — *Direito das obrigações*:

Volume I (*Introdução. Da constituição das obrigações*). 15.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

Volume II (*Transmissão e extinção das obrigações, não cumprimento e garantias de crédito*). 12.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

Volume III (*Contratos em especial*). 13.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020

LIMA, Pires de; VARELA, Antunes — *Código Civil anotado*:

Volume I, 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2010

Volume II, 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2010

Volume III, 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2010

Volume IV, 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2010

OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto — *Princípios de direito dos contratos*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011

PINTO, Carlos Alberto da Mota — *Teoria Geral do Direito Civil*. 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2012

PROENÇA, José Brandão; FERNANDES, Luís Carvalho (coord.)

Comentário ao Código Civil — Parte Geral. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014

Comentário ao Código Civil — Direito das Obrigações. Das Obrigações em geral. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2019

TELLES, Inocêncio Galvão — *Direito das obrigações*. 7.ª edição, reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2010

VASCONCELOS, Miguel Pestana de — *Direito das garantias*. 3.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2020

VASCONCELOS, Pedro Pais de; VASCONCELOS, Pedro Leitão Pais de — *Teoria Geral do Direito Civil*. 9.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

Direito Processual Civil

Princípios fundamentais do direito processual civil

Tipologia das ações e formas de processo

Atos processuais — regime geral e invalidades

A instância: começo, modificação, suspensão e extinção

Incidentes da instância

Pressupostos processuais

Exceções dilatórias e perentórias

Marcha do processo declarativo comum

Meios de prova — direito probatório formal e direito probatório material

Bibliografia de referência

O Novo Processo Civil.

Caderno I — *Contributos da doutrina para a compreensão do novo código de processo Civil* [Em linha]. 2.ª edição. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2013, atualizado a 13-04-2015. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Caderno_I_Novo%20Processo_Civil_2edicao.pdf

Caderno II — *Contributos da doutrina no decurso do processo legislativo, designadamente à luz do anteprojeto e da Proposta de Lei n.º 113/XII* [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2013. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Caderno_II_Novo%20Processo_Civil.pdf

Caderno V — *O Novo Processo Civil — Textos e jurisprudência (Jornadas de Processo Civil — janeiro 2014 e Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o novo CPC)* [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2015. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/CadernoV_NCPC_Textos_Jurisprudencia.pdf

Balanço do Novo Processo Civil [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017. [consultado em 27-07-2021].

Disponível na internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Balanco_NPCivil.pdf

COSTA, Salvador da — *Os Incidentes da Instância*. 11.ª edição. Coimbra: Almedina, 2020

FARIA, Paulo Ramos de; LOUREIRO, Ana Luísa — *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil*:

Volume I, 2.ª edição. Coimbra: Almedina, 2014

Volume II. Coimbra: Almedina, 2014



FREITAS, José Lebre de — *A Ação Declarativa comum à luz do Código de Processo Civil de 2013*. 4.ª edição. GestLegal, 2017

FREITAS, José Lebre de — *Introdução ao processo civil — Conceito e princípios gerais à luz do novo código*. 4.ª edição. GestLegal, 2017

FREITAS, José Lebre de; ALEXANDRE, Isabel — *Código de Processo Civil Anotado*:

Volume I, 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

Volume II, 4.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

GERALDES, António Santos Abrantes; PIMENTA, Paulo; SOUSA, Luís Filipe Pires de — *Código de Processo Civil Anotado*:

Volume I — Parte Geral e Ação Declarativa, 2.ª edição, reimpressão. Coimbra: Almedina, 2021

Volume II — Processo de Execução, Processos Especiais e Processo de Inventário Judicial, Coimbra: Almedina, 2020

PIMENTA, Paulo — *Processo Civil Declarativo*. 3.ª edição. Coimbra: reimpressão. Almedina, 2021

PINTO, Rui — *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. I e II. Coimbra: Almedina, 2018.

314459281